



DIPRE - 19/2023

À

**Sra. Symone Christine de Santana Araújo**

Diretora

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Av. Rio Branco, 65 / 22º andar – Centro - Rio de Janeiro/RJ

20090-004

E ao

**Sr. Brunno Loback Atalla**

Superintendente de Produção de Combustíveis - SPC

Av. Rio Branco, 65 / 17º andar – Centro - Rio de Janeiro/RJ

20090-004

**Ref. CONSULTA PRÉVIA Nº 4/2023 (Processos SEI 48610.202800/2023-14 e 48610.233159/2022-71 – Revisão da Resolução ANP nº 852/2021 – Prestação de serviço de armazenagem por produtores de derivados de petróleo e gás natural.**

A Associação Brasileira de Terminais de Líquidos – ABTL<sup>1</sup> concerne na congregação de empresas operadoras de terminais líquidos, em sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 10 de Fevereiro de 1981, como o objetivo de contribuir com a promoção e o desenvolvimento do setor de terminais de líquidos multipropósito no Brasil, oferecendo apoio técnico e institucional para viabilizar o atingimento dos mais altos padrões de qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente, bem como o incremento da competitividade e rentabilidade de nossos associados em linha com os melhores terminais congêneres internacionais.

---

<sup>1</sup> <http://www.abtl.org.br/quem-somos.php>



Em consonância com seus objetivos institucionais a ABTL busca oferecer estudos, elementos e contribuições às entidades governamentais e não-governamentais, com vistas a melhor desenvolver a infraestrutura e às atividades portuárias nos países.

Considerando a publicação do Aviso de Consulta Prévia n.º 4/2023<sup>2</sup>, a ABTL vem por meio do presente expediente oferecer suas contribuições sobre matéria regulatória em referência, bem como agradecer a disponibilidade de atender e colaborar com a promoção e o desenvolvimento do setor de terminais de líquidos multipropósito no Brasil.

## 1. Introdução

Em 22 de dezembro de 2022, a Superintendência de Produção de Combustíveis – SPC iniciou o processo administrativo n.º 48610.233159/2022-71, por meio de consulta interna à Superintendência de Infraestrutura e Movimentação – SIM, *“para ciência e comentários que julgarem pertinentes, a minuta de texto que propõe alteração de ponto específico da Resolução ANP nº 852/2021, que regulamenta o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, seu armazenamento, sua comercialização e a prestação de serviço”*<sup>3</sup>. (grifos nossos).

Segundo a SPC a alteração proposta consiste na **“alteração na redação do art. 26 e a revogação do art. 42 da referida Resolução de modo a permitir ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, para outro agente regulado pela ANP**, desta vez sem a condicionante de que o derivado de petróleo ou gás natural seja produzido na própria instalação produtora”<sup>4</sup>. (grifos nossos).

---

<sup>2</sup> SEI 48610.202800/2023-14

<sup>3</sup> Consulta Interna de revisão do art. 26 da RANP Nº 852/2021 (SEI 2702932 - 48610.233159/2022-71).

<sup>4</sup> Idem, Ibidem.



A SPC emitiu Nota Técnica, em 18 de janeiro de 2023, aduzindo em resumo que “(...) **há falha regulatória na limitação da atividade de armazenagem dos produtores de derivados de petróleo aos combustíveis de origem diferente da sua instalação.** Na análise das causas raízes associadas ao problema regulatório identificado, verifica-se que há tanto falhas de mercado quanto falhas regulatórias”.<sup>5</sup>

No curso do processo foi realizada a substituição do trâmite de urgência pela adoção de medida regulatório-cautelar, com base no Regimento Interno da ANP, tendo a SPC justificado que “**a redação atual do artigo 26 da Resolução ANP nº 852/2022 aumenta a intervenção da Agência no mercado ao vedar que os produtores de derivados de petróleo ofertem sua capacidade de armazenagem disponível a terceiros interessados no serviço de armazenagem de produtos de origem diversa da instalação**”<sup>6</sup>. (grifos nossos)

Ainda na mesma referência textual, é assinalado que “A despeito da atual restrição constante no Artigo 26, a concretização dessa falha regulatória ocorrerá, inicialmente, pela **aplicação do Artigo 42 e, consequentemente, cancelamento dos contratos de armazenagem** atualmente vigentes. Se por um lado o dano quantificável pelos valores dos contratos de cessão de espaço, em tese, **poderia representar dano reparável pela administração pública, a finalização da operação dessas instalações e subsequente repercussões econômicas e sociais negativas advindas da cessação das atividades, tais como perda de empregos, arrecadação de tributos, operacionais**, são, no entendimento da SPC, irreparáveis ou de difícil reparação. Portanto, a materialização do dano imporá custos direto aos agentes afetados e indiretos a sociedade”<sup>7</sup>. (grifos nossos).

A medida regulatório-cautelar foi submetida a votação pela Diretoria da ANP, que aprovou por maioria, com os votos favoráveis dos diretores

<sup>5</sup> NOTA TÉCNICA Nº 1/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ (SEI 2731420 - 48610.233159/2022-71).

<sup>6</sup> Voto 11 – DIR IV (SEI 2939837 - 48610.233159/2022-71).

<sup>7</sup> Idem, Ibidem.



Fernando Moura e Daniel Maia Vieira, em adesão ao voto do relator, e os votos contrários dos diretores Symone Araújo e Rodolfo Saboia, a aplicação do referido instituto para suspender o art. 26 e o art. 42 da Resolução ANP nº 852, de 23 de setembro de 2021<sup>8</sup>.

É importante destacar que – enquanto tramitava o processo de suspensão da norma por medida regulatório-cautelar – foi iniciado o processo de revisão da Resolução ANP nº 852/2021, acarretando na abertura da Consulta Prévia nº 4/2023, publicada em 3 abril de 2023.

Por fim, sinal-se que ambos os processos que tratam da medida regulatório-cautelar e a revisão da norma de produtores, tramitaram muito tempo em sigilo decretado pela SPC<sup>9</sup>, mesmo quando requerido formalmente pela ABTL<sup>10</sup>. Somente foram abertos para conhecimento público depois de realizada a reunião de Diretoria n.º 1.113 (29/03/2023), quando já havia sido concedida a medida regulatório-cautelar.

## **2. Da edição da Resolução ANP n.º 852/2021**

A edição da Resolução ANP n.º 852/2021 teve por objetivo principal a consolidação da revisão, atualização e consolidação do conteúdo das Resoluções ANP n.º 16/2010, 17/2010, e 5/2012, bem como das Portarias ANP n.º 84/2001 e 317/2001, que tratam, respectivamente, das atividades de refino de petróleo, processamento de gás natural, formulação de combustíveis e produção de combustíveis em centrais petroquímicas.

No processo que antecedeu a edição da norma, a SPC procedeu com amplo trabalho de coleta de subsídios e discussão com os representantes do mercado, por meio de reuniões com refinarias, centrais petroquímicas,

---

<sup>8</sup> Resolução de Diretoria (SEI 2939013 - 48610.233159/2022-71).

<sup>9</sup> OFÍCIO Nº 24/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ (2829593- 48610.233159/2022-71).

<sup>10</sup> Petição de acesso aos autos (SEI 2818732 - 48610.233159/2022-71).



formuladores e produtores de solventes, oportunizando a todos ampla participação na elaboração da resolução<sup>11</sup>.

No curso do processo de elaboração da norma, a SPC identificou que a permissão prestação de serviços de armazenagem por produtores poderia ter impactos concorrenciais – não para o armazenamento do produto produzido pela própria instalação produtora – mas caso o produtor estivesse prestando o serviço de armazenamento de derivados produzidos advindos de outras instalações produtoras, situadas no Brasil ou no exterior<sup>12</sup>.

Nesse diapasão, foi necessário condicionar a permissão da prestação de serviço de armazenagem para terceiros apenas do produto que for produzido na própria instalação produtora, evitando que o produtor de combustíveis não avançaria seu escopo de atuação para outras atividades sobre as quais a legislação impõe controles distintos e mais rígidos, assim como não se afastasse de sua atividade principal, que é a produção de derivados de petróleo<sup>13</sup>.

A Resolução ANP n. ° 852/2021 publicada com redação desenvolvida pela SPC para permitir prestação de serviço de armazenagem de derivados, com a condicionante de que o produto seja decorrente da atividade de produção da instalação produtora, assim como essa operação fosse realizada de forma não discriminatória:

*“Art. 26. Fica permitida ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados produzidos em sua instalação produtora, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, de forma não discriminatória, para outro agente regulado pela ANP, bem como a*

---

<sup>11</sup> Consulta e Audiência Públicas nº 16/2020 – SEI 48610.213130/2019-77.

<sup>12</sup> OFÍCIO Nº 14/2021/SIM-CAL/SIM/ANP-RJ (SEI 1150492- 48610.213130/2019-77.).

<sup>13</sup> Idem, Ibidem.



*contratação deste serviço junto a outros agentes regulados, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada”.*

Notadamente quando um produtor de derivados de petróleo opta em prestar serviços de movimentação e armazenagem – deixando de ser indústria produtiva para agregar a prestação de serviços para terceiros – se faz necessário observar a regulamentação para a atividade de movimentação e armazenagem de derivados de petróleo. Por esta razão foram incluídas no normativo a necessidade de serem observadas as regras para a prestação desses serviços:

*Parágrafo único. Caso o produtor de derivados de petróleo e gás natural pretenda operar sua instalação produtora como terminal, deverá segregar a tancagem e atender os requisitos da Resolução ANP nº 52, 2 de dezembro de 2015 e da Portaria ANP nº 251, de 7 de novembro de 2000<sup>14</sup>.*

Note-se que o produtor ao optar pela prestação de serviço de movimentação e armazenagem, obrigatoriamente, deverá observar a regulamentação para a atividade, em coerência com os regulamentos para cada atividade, assim como estar sujeito a prévia autorização da Superintendência de Infraestrutura e Movimentação – SIM, em observância ao Regimento Interno da ANP<sup>15</sup>.

Nessa mesma linha, sobre as competências entre a SIM e a SPC, também é importante destacar as seguintes afirmações no processo 48610.218110/2022-98<sup>16</sup>:

*“A minuta de Resolução que regulamenta o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural foi submetida à Consulta Pública ANP nº 16/2020 por 45 dias, entre 6 de outubro e 20*

<sup>14</sup> Revogada pela Resolução ANP n.º 881/2022.

<sup>15</sup> Art. 117 da Portaria ANP n.º 265/2020.

<sup>16</sup> PARECER Nº 7/2022/SIM-CAL/SIM/ANP-RJ (SEI 2387799 - 48610.218110/2022-98).



*de novembro de 2020, sucedida por Audiência Pública em 15 de dezembro de 2020. Ao analisar as diversas contribuições recebidas, a SPC identificou que uma série delas, relacionadas ao art. 26 da minuta, tinham relação com as competências e atividades desenvolvidas pela SIM, uma vez que o artigo estava relacionado à atuação do produtor como armazenador, por meio de prestação de serviço de armazenagem de derivados - cessão de espaço em tanques das instalações produtoras autorizadas.*

*Sugestões recebidas de agentes regulados e suas associações - Ipiranga, ABTL, Petrogal, Petrobras Distribuidora (atual Vibra) - foram na linha de vedar o produtor de derivados de petróleo e gás natural de prestar o serviço de armazenamento (cessão de espaço) para outros agentes, ou se o fizesse, que assumisse todas as obrigações decorrentes da operação como terminal, atendendo integralmente a regulação existente, incluindo, mas não se limitando ao acesso de terceiros ao terminal quando houvesse capacidade de movimentação disponível e ociosa. Isso mostra que a preocupação com o acesso de terceiros às instalações não é uma preocupação apenas da ANP, mas também de parte expressiva do mercado.*

*(...)*

***O primeiro modelo seria simplesmente "vedar a prestação de serviço de armazenamento pelos produtores de combustíveis, especialmente quando a movimentação do produto envolver o transporte aquaviário ou dutos de transporte."*** Assim, para essas atividades de transporte aquaviário e dutoviário, bem como armazenamento associado, seria obrigatório que o agente tivesse sua instalação (ou parte dela) autorizada conforme a Resolução ANP nº 52/2015. Uma vez autorizado como operador de terminal ou operador de dutos de transporte, o agente ficaria obrigado a seguir as regras de livre acesso então determinadas pela Portaria ANP nº 251/2000





*(para terminais aquaviários, hoje substituída pela Resolução ANP nº 881/2022), Resolução ANP nº 35/2012 (para dutos de transporte longos) e Resolução ANP nº 716/2018 (para dutos de transporte curtos), em estrito cumprimento ao art. 58 da Lei do petróleo.*

*Todavia, observou-se que esse primeiro modelo, na prática, imporia sérias restrições sobre a possibilidade de prestação de serviço de produção que foi introduzida pela minuta de resolução. **Dessa forma, o outro modelo proposto pela SIM seria permitir que uma instalação de produção prestasse serviço de armazenamento para terceiros apenas do produto que fosse produzido na própria instalação.** Assim o produtor de combustíveis não avançaria seu escopo de atuação para outras atividades sobre as quais a legislação impõe controles distintos e mais rígidos.*

*Foi justamente nesse segundo modelo, e nas justificativas da SIM (Ofício nº 14/2021/SIM-CAL/SIM/ANP-RJ) e da SDC (Nota Técnica nº 10/2021/SDC/ANP-RJ), que a SPC se baseou para propor a nova e definitiva redação para o art. 26, conforme fica explícito na tabela de acatamentos das contribuições (Tabela de acatamentos - CP/AP nº 16/2020 (V8) - SEI 1344597). **Também com base nessa argumentação que a Diretoria Colegiada da ANP finalmente aprovou a Resolução ANP nº 852/2021.***

*À vista disso, fica claro que a motivação para propor a alteração na regra até então vigente, para vedar a armazenagem em refinarias de produtos de terceiros produzidos em outras unidades produtoras, está amparada pela premissa legal de livre acesso às infraestruturas de transporte. Não se trata pura e simplesmente de "possível concorrência em condições desiguais para a prestação de serviço de armazenamento entre as instalações produtoras de derivados e os terminais".*





*Ou seja, o que se buscou não foi qualquer tipo de reserva de mercado ou exclusividade para operadores logísticos de terminais. Até porque, pela regra colocada, mesmo grupos econômicos que contenham produtores de combustíveis, distribuidores, ou qualquer outro agente da indústria do petróleo podem ter uma instalação autorizada como terminal. A própria Braskem já opera terminais, autorizados pela ANP conforme Resolução ANP nº 52/2015, nos municípios de Triunfo/RS, Rio Grande/RS e Duque de Caxias/RJ. Também o grupo Petrobras detém diversos terminais por todo o país, operados pela subsidiária Transpetro. O que se buscou, tão somente, é que se apliquem as mesmas regras de acesso de terceiros a todas aquelas infraestruturas de transporte que operam para prestar serviços a terceiros.*

Frise-se que observância das normas de cada atividade regulada pelos agentes que pretendam atuar na respectiva atividade, pode ser observada desde a edição da Resolução ANP n.º 05/2012, que em seu art. 24 determinava a necessidade do formulador se sujeitar às regras relativas ao normativo existente para essa atividade, quando optar por converter – em todo ou em parte – suas instalações em terminal.

É importante destacar que – atualmente – a própria Resolução ANP n.º 852/2021 manteve em seu texto a obrigatoriedade observância das normas de cada atividade regulada pelos agentes que a exerçam:

*Art. 34. Os tanques de armazenamento localizados nas instalações de formulação de gasolina e óleo diesel, se interligados por meio de dutos a um terminal adjacente, poderão ser autorizados a operar como parte integrante da instalação produtora e do terminal, desde que sejam atendidos, respectivamente, os requisitos desta*



*Resolução, da Resolução ANP nº 52, de 2015, e da Resolução ANP nº 881, de 2022. (Redação dada pela Resolução nº 881/2022)*

Nessa mesma linha, a SIM destaca que “para os formuladores de combustíveis, a regulação então vigente já estabelecia que, para prestar serviços de armazenamento para outras empresas, era exigido que parte da sua tancagem fosse segregada em um terminal, c.f. artigos 23 e 24 da RANP nº 5/2012”.<sup>17</sup>

Enfim, a Resolução ANP n.º 05/2012 – em coerência com o texto normativo contido no art. 26 – estabeleceu que as autorizações de cessão de espaço para armazenagem e movimentação de combustíveis nas refinarias de petróleo realizados pelos produtores antes da publicação da norma, serão cancelados prazo de vigência dos contratos encaminhados à ANP:

*Art. 42 As autorizações de cessão de espaço para armazenagem e movimentação de combustíveis nas refinarias de petróleo, publicadas nos termos da Resolução ANP nº 16/2010, serão canceladas após o término do prazo de vigência dos contratos encaminhados à ANP, devendo o refinador de petróleo observar o art. 26.*

*Parágrafo único. Caso o contrato encaminhado à ANP tenha prazo de vigência indeterminado, a autorização de que trata o caput será cancelada após cinco anos da data de sua publicação no DOU.*

Desta forma, é importante observar que o referido dispositivo não se trata de inovação em relação ao texto proposto na Consulta e Audiência Públicas nº 16/2020. Na realidade, trata-se de regra de transição decorrente da inteligência do art. 26, que visa conferir o tempo adequado para que os agentes envolvidos se adequem às condições para novas autorizações, determinando a impossibilidade de renovação das autorizações quando chegarem em seu termo final, assim como o prazo de 5 anos de vigência máxima para contratos longos.

---

<sup>17</sup> PARECER Nº 7/2022/SIM-CAL/SIM/ANP-RJ (SEI 2387799 - 48610.218110/2022-98).



### 3. Da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

A Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ<sup>18</sup>, constante nos autos do processo de revisão da Resolução ANP n.º 852/2021, foi apresentada depois várias reformulações ao longo do trâmite dos processos 48610.202800/2023-14 (revisão da norma) e 48610.233159/2022-71 (medida regulatório-cautelar). Como se trata da última análise técnica realizadas pela SPC, parece mais acertado se fixar em seu conteúdo, em vez de estudar o texto das versões anteriores.

Conforme o texto defendido no referido documento, o **seu objetivo é analisar os diversos aspectos possíveis, o impacto que a atual redação dos artigos 26 e 42 da Resolução ANP nº 852/2021 impõem aos produtores de derivados de petróleo na oferta do serviço de armazenagem** e sua relação com o direito de terceiros acessarem as instalações de movimentação. Segundo a nota técnica, o problema resume-se da seguinte forma:

*“Atualmente o art. 26 permite a prestação de serviço de armazenagem de derivados pelo produtor de derivados de petróleo e gás natural somente no caso dos derivados terem sido produzidos em sua instalação produtora. Por sua vez, o art. 42 da mesma norma determina o cancelamento dos contratos de cessão de espaço para armazenagem e movimentação de combustíveis nas refinarias de petróleo publicados nos termos da regra anterior, no caso a Resolução ANP nº 16/2010, após o término do prazo de sua vigência. **Do estudo do problema regulatório identificado e da exploração de suas causas raízes, a Superintendência de Produção de Combustíveis (SPC) não conseguiu identificar elementos técnicos, econômicos ou concorrenciais que justificam a atual***

---

<sup>18</sup> Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ (SEI 2848764 - 48610.202800/2023-14).



***restrição imposta à atividade de armazenagem pelos produtores.***

*Destaca-se que, a priori, a prestação de serviço de armazenagem, por produtor de derivados de petróleo e gás natural, para produtos produzidos em outra instalação não guarda relação com a essencialidade da atividade de movimentação de combustíveis. Adicionalmente, dada a identificação de sucessivas falhas regulatórias e na eventualidade da aplicação do art. 42 com impactos ao exercício dessa atividade por produtores de derivados, a SPC recomenda que a questão seja tratada com diligente prioridade.*

Dentre vários pontos que o referido documento se embasa para justificar a revisão da Resolução ANP nº 852/2021, pode-se afirmar – pela leitura das razões ali contidas – **que a maioria deles é aplicado a casos específicos de apenas três agentes regulados (REFIT, REFAP e REAM)**<sup>19</sup>, que por sua vez alegam enfrentar dificuldades de adaptação às regras contidas no normativo.

Com todo o respeito as razões lançadas do referido documento, entende-se que **as dificuldades pontuais de alguns agentes regulados não podem ser motivo para revisão de norma recentemente discutida** e repisada ao longo dos anos que antecederam a sua elaboração.

Ademais, pode-se afirmar que não é a primeira vez na história da regulação da ANP, que alguns agentes – normalmente uma minoria – enfrentam dificuldades para se adaptar a uma nova resolução depois de sua edição.

Entretanto, não parece razoável que alguns contratos afetados pelas regras contidas na Resolução ANP nº 852/2021 – nove contratos e três agentes –, sejam motivo suficiente para alteração da norma, considerando a universalidade de outros agentes sob égide das mesmas regras, que não declararam impactos sobre suas atividades.

---

<sup>19</sup> Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ (SEI 2848764 - 48610.202800/2023-14).



Destarte, é importante relembrar que os casos específicos de um dos três agentes citados na nota técnica, podem ser individualmente analisados pelas superintendências envolvidas, sem que seja necessária a revisão da novíssima Resolução ANP nº 852/2021.

#### 4. Da inaplicabilidade dos artigos 26 e 42 da Resolução ANP nº 852/2021 aos biocombustíveis

Em ofício encaminhado pela SPC à Procuradoria da ANP nos autos do processo que tratou da medida regulatório-cautelar, há uma tabela com a relação de agentes e contratos afetados pelos artigos 26 e 42 da Resolução ANP n.º 852/2021, constata-se a existência de biocombustíveis na relação de produtos armazenados e movimentados nas instalações dos produtores<sup>20</sup>:

Tabela 1 – Autorização para a cessão de espaço (atividade de armazenagem) nos produtores de derivados de petróleo

Cedente	Beneficiário da cessão	Nº da autorização	SEI	Validade	Volume total dos tanques (m³)	Volume total cedido (m³)	Combustíveis
REFIT	Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda	805/2018	1929515	25/05/2023	1244,2	1244,2	Combustíveis e derivados de petróleo
REFIT	76 Oil Distribuidora de Combustíveis S.A.	1090/2018	1929516	11/10/2023	45579,45	28715,05	Gasolina A, Etanol Hidratado, Etanol Anidro, Diesel A e Biodiesel
REFIT	Manguinhos Distribuidora S.A.	1091/2018	1929517	11/10/2023	45579,45	12306,45	Gasolina A, Etanol Hidratado, Etanol Anidro, Diesel A e Biodiesel
REFIT	76 Oil Distribuidora de Combustíveis S.A.	152/2021	1929518	19/03/2026	988,971	988,971	Óleo Diesel Marítimo
REFIT	Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda	849/2019	1929519	19/11/2024	39754,21	1400	Gasolina A, Etanol Hidratado e Etanol Anidro
REFIT	Rodopetro Distribuidora de Petróleo Ltda	848/2019	1929520	19/11/2024	39754,21	1400	Gasolina A, Etanol Hidratado e Etanol Anidro
REFAP	Braskem	979/2019	1929524	01/01/2026	99704	80000	Nafta e condensado petroquímico
LUBNOR	Petrobras Distribuidora	905/2013	1929521	19/12/2023	10006	10006	Diesel
REDUC	Transpetro	631/2021	1929526	1/10/2026	69645	69645	Etanol Combustível

Fonte: Elaborada pela SPC com base no processo ANP nº 48610.201161/2022-81.

Todavia, em relação a biocombustíveis – parece pelo texto legal – que são inaplicáveis as condicionantes contidas nos artigos 26 e 42 da Resolução ANP n.º 852/2021, justamente porque os produtos regulados são “*derivados produzidos em sua instalação produtora*”, e não biocombustíveis.

<sup>20</sup> OFÍCIO Nº 10/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ (SEI 2771526 - 48610.233159/2022-71).



Nesta senda, os biocombustíveis de outros agentes regulados podem ser armazenados em tanques do produtor, e principalmente os destinados à realização das misturas obrigatórias (*blend*) a serem realizadas por distribuidores, que por sua vez podem celebrar contratos de carregamento rodoviário com os respectivos produtores, nos termos da Resolução ANP n. ° 784/2019.

## 5. Do armazenamento por distribuidores em tanques de produtores.

Notadamente a Resolução ANP n. ° 784/2019 é o regulamento a ser aplicável aos distribuidores para o armazenando de produtos fora de suas bases de distribuição. Dentro os conceitos importantes para o caso em análise, destaquem-se os seguintes:

*Art. 3º (...)*

*II - **base individual**: instalação autorizada a operar pela ANP, cuja propriedade ou posse seja de um único agente autorizado ao exercício da atividade;*

*III - **base compartilhada**: instalação autorizada a operar pela ANP, cuja propriedade ou posse seja de mais de um agente autorizado ao exercício da atividade;*

*IV - **cessão de espaço**: instrumento contratual que operacionaliza o ato de ceder espaço em tancagem de base individual ou compartilhada, autorizada pela ANP;*

*IX - **carregamento rodoviário**: ponto de entrega direta de GLP e combustíveis líquidos automotivos especificados ou autorizados pela ANP, em instalações do produtor ou terminal autorizado pela ANP, para carregamento em caminhões-tanque de responsabilidade do distribuidor; (grifo nossos)*



A regulação destinada aos distribuidores já determina que – o instrumento contratual a ser celebrado com o produtor de combustíveis – é o contrato de carregamento rodoviário. Nele o distribuidor poderá adquirir os combustíveis produzidos instalação produtora (refinaria, central petroquímica e formulador), e armazenar nos tanques de armazenamento da própria instalação produtora, assim como os demais biocombustíveis destinados à realização das misturas obrigatórias.

Note-se que a Resolução ANP n. ° 784/2019 já confere solução para os distribuidores interessados em adquirir e armazenar derivados produzidos nas instalações do produtor, em desenho logístico oferecido pela normativo de forma consideravelmente eficiente.

Ademais, caso o distribuidor necessite de espaço fora de sua base de distribuição, ainda terá a opção da cessão de espaço em base individual ou compartilhada, assim como em terminais terrestres ou aquaviários, sem necessariamente desviar a finalidade do produtor de derivados que é a de industrializar combustíveis derivados de petróleo, ao invés de prestar serviços de movimentação e armazenagem para distribuidores ou outros agentes regulados.

Note-se que as regras contidas na Resolução ANP n.º 784/2019, cominadas com art. 26 da Resolução ANP n. ° 852/2021, mantém a plena possibilidade de um uso secundário para os tanques já existentes na refinaria, em momentos em que estes já estejam sem utilização ou subutilizados.

Contudo, mesmo que a medida de caráter suplementar, visando racionalizar a utilização eventualmente ociosa, pelas próprias refinarias no exercício legítimo do poder diretivo da empresa, precisa observar as condicionantes. Por esta razão, a permissão da prestação de serviços de armazenagem deve ser mantida, contudo, com as condicionantes já existentes.





## 6. Da atividade de produção de combustíveis

O objetivo principal (*core business*) de qualquer produtor de combustíveis é obtenção de derivados de petróleo para sua posterior comercialização no mercado interno ou externo e, nesse sentido, a planta de produção é projetada para otimizar a industrialização a partir de sua plena utilização, a fim de maximizar a receita advinda da venda desses produtos.

As condicionantes contidas no art. 26 da Resolução ANP n.º 852/2021 funcionam também como modo a preservar a atividade principal de produção de combustíveis, evitando que – a livre critério do produtor – seja realizada a conversão do volume de sua tancagem para a prestação de serviços de armazenagem. Em outras palavras, é restringir que uma grande refinaria, por exemplo, converta 100% de sua tancagem em terminal, esquecendo-se de sua principal atividade que é produção de derivados de petróleo.

Outro ponto a se mencionar, trata-se da grande quantidade de espaço que detêm as refinarias nacionais<sup>21</sup>, principalmente as que foram<sup>22</sup> ou serão<sup>23</sup> privatizadas pela Petróleo Brasileiro S.A., deveriam ser dedicadas a produção nacional de combustíveis. Essa possibilidade de conversão de sua tancagem para prestação de serviços poderá acarretar assimetria concorrencial com os operadores de terminais, gerando potencial de impacto na oferta e no preço dos serviços de armazenagem.

<sup>21</sup> D'ELIA, Marcus. **O Mercado de Derivados e a Presença de Novos Refinadores no País. As perspectivas de Competição no Downstream a partir do Desinvestimento da Petrobras**. Cenários Petróleo. Editora Brasil Energia. Rio de Janeiro, mar. 2020. Disponível em: <<https://cenariospetroleo.editorabrasilenergia.com.br/o-mercado-de-derivados-e-a-presenca-de-novos-refinadores-no-pais/>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

<sup>22</sup> CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Termo de Compromisso de Cessação de Prática com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, de 11 de junho de 2019**. Inquérito Administrativo nº 08700.006955/2018-22. Disponível em: <<http://antigo.cade.gov.br/noticias/cade-e-petrobras-celebram-acordo-para-venda-de-refinarias-de-petroleo/tcc-cade-petrobras.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2022

<sup>23</sup> CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Cessação de Prática com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, de 16 de dezembro de 2020**. Inquérito Administrativo nº 08700.006955/2018-22. Disponível em: <<http://antigo.cade.gov.br/noticias/cade-e-petrobras-celebram-acordo-para-venda-de-refinarias-de-petroleo/tcc-cade-petrobras.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2022



Retornar a autorização para livre prestação de serviços para o produtor, sem condicionantes, em plena liberdade, desestimulará investimento pelos terminais já integrantes do mercado e os possíveis novos entrantes, pois há grave risco de manipulação do mercado de prestação de serviços de armazenagem pelos produtores. Outrossim, deve-se dar destaque para as práticas internacionais, isto é, poucos países que se aventuram em possibilitar a armazenagem por terceiros em refinaria, estão desautorizando tal prática em garantia a segurança da produção e do abastecimento nacional<sup>24</sup>.

Desta forma, pode-se dizer que o grau de maturidade do mercado brasileiro, tanto do ponto de vista de ambiente concorrencial, quanto em relação às perspectivas de consumo de derivados e biocombustíveis, ainda não permite apostar um modelo semelhante ao internacional do dia para noite, na realidade é necessária a análise detalhada da cadeia de petróleo & gás no país, aplicando regras de transição entre os agentes envolvidos, evitando medidas que gerem barreiras de investimento e impactos econômicos sobre outros segmentos da indústria do petróleo.

Na certeza de que o assunto acima receberá a usual atenção da ANP, desde já, agradecemos e nos colocamos ao vosso dispor para outras informações que, porventura, se façam necessárias.

Atenciosamente,

DocuSigned by:  
*Carlos Kopittke*  
C9D6E2D8D55443B...

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERMINAIS DE LÍQUIDOS – ABTL**

<sup>24</sup> CBIE, Centro Brasileiro de Infraestrutura. Impactos Econômicos para a Indústria de Terminais de Líquidos decorrentes da CAP #16/2020. Disponível em: <[https://sei.anp.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?wt7h6hFBI\\_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RclCP821UP\\_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrC-boq90IFmrQEqANfHG XV94MjAC5htV665nLj05TtN\\_KcHtF](https://sei.anp.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RclCP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrC-boq90IFmrQEqANfHG XV94MjAC5htV665nLj05TtN_KcHtF)>. Acesso em: 11 fev. 2022